

*Dossiê: As dimensões éticas, estéticas e políticas das pesquisas nos/dos/com os cotidianos:
um viva à escola pública!*

A pesquisa em educação na perspectiva multicultural: estudo sobre práticas antirracistas em um curso de extensão de formação continuada docente

Research in Education from a multicultural perspective: a study on anti-racist practices in a continuing teacher training extension course

Investigación en educación en la perspectiva multicultural: estudio sobre prácticas antirracistas en un curso de extensión de formación continua docente

Ana Ivenicki*

 <http://orcid.org/0000-0002-7315-5500>

Érika Loureiro de Carvalho**

 <https://orcid.org/0000-0002-3959-4374>

Adriana do Carmo Corrêa Gonçalves***

 <https://orcid.org/0000-0003-1106-1055>

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a pesquisa em educação na perspectiva multicultural, ilustrando a questão a partir de um estudo de caso com momentos de pesquisa-ação em um curso de extensão que apresenta possibilidades e desafios da formação continuada docente antirracista, sob a perspectiva qualitativa. A educação para as relações étnico-raciais é elucidada, com destaque para a trajetória e objetivos da Lei Federal nº 10.639/2003, importante marco na reestruturação das práticas educacionais a partir da valorização da história e da cultura africana e afro-brasileira com foco na coletividade e igualdade. Tecendo reflexões acerca das expectativas das cursistas, descritas nas cartas de intenção para ingressar no curso, identifica-se a relevância da aptidão docente para a prática antirracista e multicultural. O artigo aponta para o reconhecimento e respeito à diversidade e para o enfrentamento ao racismo estrutural, suscitando ponderações sobre a importância da formação continuada docente.

Palavras-chave: Pesquisa em educação. Formação continuada docente. Antirracismo. Multiculturalismo.

* *PhD* em Educação pela *University of Glasgow* e Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *E-mail:* <aivenicki@gmail.com>.

** Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do Grupo de Estudos Multiculturais (GEM) da UFRJ. *E-mail:* <erikaloureiro@hotmail.com>.

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta da UFRJ. *E-mail:* <dendrikagoncalves@gmail.com>.

Abstract: This article aims to discuss research in education from a multicultural perspective, illustrating the issue from a case study with moments of action research in an extension course that presents possibilities and challenges of anti-racist teacher continuing education, from a qualitative perspective. Education for ethnic-racial relations is elucidated, with emphasis on the trajectory and objectives of Federal Law no. 10.639/2003, an important milestone in the restructuring of educational practices based on the valuing of African and Afro-Brazilian history and culture with a focus on collectivity and equality. Reflecting on the expectations of the students, described in the letters of intent to join the course, the relevance of the teaching aptitude for anti-racist and multicultural practice is identified. The article points to the recognition and respect for diversity and to the confrontation of structural racism, raising considerations about the importance of continuing teacher training.

Keywords: Research in education. Continuing teacher training. Anti-racism. Multiculturalism.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir la investigación en educación en la perspectiva multicultural, ilustrando la cuestión a partir de un estudio de caso con momentos de investigación-acción en un curso de extensión que presenta posibilidades y desafíos de la formación permanente docente antirracista, bajo la perspectiva cualitativa. La educación para las relaciones étnico-raciales es elucidada, con destaque en la trayectoria y objetivos de la Ley Federal no 10.639/2003, importante hito en la reestructuración de las prácticas educativas a partir de la valorización de la historia y la cultura africana y afrobrasileña con enfoque en la colectividad e igualdad. Tejiendo reflexiones sobre las expectativas de los estudiantes, descritas en las cartas de intención para ingresar al curso, se identifica la pertinencia de la aptitud docente para la práctica antirracista y multicultural. El artículo apunta al reconocimiento y respeto a la diversidad y al enfrentamiento del racismo estructural, planteando consideraciones sobre la importancia de la formación continua docente.

Palabras clave: Investigación en educación. Formación continua docente. Antirracismo. Multiculturalismo.

Introdução

Dada a história profundamente enraizada de escravidão no Brasil, é urgente desenvolver programas de formação continuada para professores que incorporem práticas pedagógicas voltadas para o multiculturalismo. Essas práticas são fundamentais para a formação de cidadãos que valorizem a diversidade cultural, identitária e de diferenças. Candau e Ivenicki (2024) esclarecem o conceito de multiculturalismo nesse contexto:

O multiculturalismo é geralmente entendido como um conjunto de situações educativas que articulam teoria e ações práticas para melhorar a vida de grupos marginalizados. É importante sinalizar que o multiculturalismo contempla um espectro que vai desde abordagens mais liberais e folclóricas, em que são valorizados ritos, datas comemorativas e outros aspectos das identidades plurais, perspectivas ainda mais críticas, pós-coloniais e decoloniais do currículo (Candau; Ivenicki, 2024, p. 5).

A negação das diferenças e do “outro” no cotidiano contemporâneo é um fenômeno que promove o silenciamento da diversidade, um aspecto importante para a construção de uma sociedade inclusiva e justa. Esse silenciamento não apenas invisibiliza as identidades e culturas marginalizadas, mas também perpetua e fortalece o racismo estrutural. Este ensaio busca explorar como essa dinâmica se manifesta no ambiente escolar, um espaço fundamental para a formação da consciência cultural, discursiva e crítica dos indivíduos.

O racismo estrutural, enraizado nas instituições e práticas sociais, se perpetua também na educação. Na escola, um espaço de troca, acolhimento e respeito, muitas vezes encontramos a reprodução de preconceitos e discriminações que refletem as desigualdades sociais mais amplas, se revelando um espaço onde as representações negativas sobre grupos raciais marginalizados são difundidas e reforçadas. Essas práticas não apenas prejudicam o bem-estar dos alunos afetados, mas também comprometem a qualidade da educação oferecida e, o ambiente escolar, um refúgio seguro para o desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos, frequentemente se torna um

local de exclusão e violência. Conforme exposto por Gomes (2003, p. 77): “A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas”.

A escola é um dos primeiros lugares onde os indivíduos começam a questionar e formar suas consciências culturais e críticas. No entanto, quando o ambiente escolar é permeado por racismo e discriminação, essa formação é profundamente comprometida. Gerações de alunos negros vítimas de racismo vêm internalizando sentimentos de inferioridade e desvalorização; e a perpetuação dessas práticas desenvolve uma visão distorcida e hierárquica das relações sociais, e a resistência mostra-se necessária, conforme reflexão abaixo:

Confrontar o racismo na primeira etapa da Educação Básica é cada vez mais urgente. Por isso, assumimos como tarefa cotidiana enveredar por uma pedagogia preta, na qual a escola não seja mais o espaço unívoco de experiências doloridas com o racismo, tampouco uma das instituições que reforçam o sistema de representação do pacto da branquitude (Corrêa; Silva Junior; Carvalho, 2022, p. 10).

Nesse sentido, é essencial implementar práticas pedagógicas que promovam a valorização da diversidade e o respeito às diferenças. Programas de formação continuada antirracista para professores, que incorporem uma perspectiva crítica e multicultural, são fundamentais para transformar o ambiente escolar em um espaço verdadeiramente inclusivo. Além disso, é necessário desenvolver políticas educacionais que abordem diretamente as questões de racismo e discriminação, promovendo uma cultura de empatia e respeito.

Torna-se necessário desenvolver políticas educacionais que abordem diretamente as questões de racismo e discriminação, promovendo uma cultura de empatia e respeito. Nunca foi tão imperativa a necessidade de ampliarmos a capacidade de diálogo e de aprendizado intercultural, objetivando alargar o sentido de diferença; não apenas em termos de pertencimentos variados, mas de formas de pensar, de ser e de se produzir conhecimentos sobre o mundo, auxiliando na difícil tarefa de reconstruirmos viáveis caminhos multiculturais (Ribeiro; Ivenicki; Honorato, 2020).

Dentre os paradigmas científicos que possibilitam a produção de conhecimento, destaca-se o qualitativo, que a nosso ver, dialoga com a interface da subjetividade e também com as singularidades que marcam os sujeitos envolvidos no processo, não havendo assim neutralidade na relação pesquisador e pesquisados ou colaboradores (Ivenicki; Canen, 2016), além de analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e fornecendo análise mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências (Marconi; Lakatos, 2017).

A pesquisa apresentada neste texto percorreu rumos metodológicos qualitativos, adotando o estudo de caso, definido por Yin (2002, p. 32) como “[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” e se caracteriza como um método de pesquisa amplo que possibilita a análise do contexto e das variáveis que influenciam o objeto de pesquisa.

O objeto do estudo de caso foi um curso de extensão de formação continuada docente antirracista de uma universidade pública estadual do Rio de Janeiro, onde buscamos refletir sobre os desafios da aplicabilidade da formação continuada voltada para as relações étnico-raciais e seus impactos no cotidiano escolar. Nessa perspectiva, este artigo analisa práticas formativas favorecidas pela formação continuada de professores, identificando, por meio da pesquisa em educação, os hiatos formativos que dificultam os docentes a construir suas competências para atuar de forma antirracista e multiculturalmente orientada.

Multiculturalismo e pesquisa multicultural antirracista: reflexões

O argumento teórico que defendemos é a potência da articulação de uma formação continuada docente com o multiculturalismo, antirracismo e relações étnico-raciais, munindo a escola de ferramentas para desafiar o racismo estrutural.

Iniciamos com a compreensão da abrangência do multiculturalismo, utilizando a definição de Ivenicki (2018), que entende o multiculturalismo como um conjunto de respostas à diversidade cultural e desafio a preconceitos no campo educacional e considera que as ações multiculturais não correspondem a um adendo ao currículo ou perspectiva reduzida a projetos extracurriculares. Por sua vez, a polissemia do termo “multiculturalismo” contempla tendências que atendem a pressupostos liberais, críticos e pós-coloniais, dependendo dos objetivos almejados e difundidos. A vertente liberal assinala a diversidade sem, contudo, aprofundar a temática; apenas salienta as diferenças, valorizando o folclore, os ritos e as datas comemorativas. Segundo Sleeter e McLaren, (2009 *apud* Ivenicki, 2018, p. 1154), “[...] representa uma concepção ‘turística’ do multiculturalismo, reduzindo-o às celebrações, comidas típicas, festivais e valores de grupos oprimidos”. Na vertente crítica, percebemos algumas potencialidades, como o questionamento da exclusão que baliza identidades de populações historicamente marginalizadas e a luta pelo reconhecimento das diferenças em sociedades desiguais. O multiculturalismo pós-colonial é uma perspectiva que se associa com os estudos pós-modernos e pós-coloniais, por isso seu foco é na linguagem e sua influência na constituição dos discursos.

De acordo com Candau e Ivenicki (2024), pesquisas que articulam perspectivas multi/interculturais com olhares decoloniais a áreas curriculares e a processos educativos podem, conforme argumentamos no presente texto, oferecer possibilidades de se trabalhar pelo desafio à colonialidade dos saberes, às hierarquizações e aos congelamentos identitários. Nesse sentido, trata-se de buscar formas pelas quais a pesquisa multi/intercultural, com o olhar decolonial, poderia ser desenvolvida. Segundo Ivenicki (2018), a pesquisa na visão multi/intercultural poderia partir de algumas dimensões, dentre as quais destacamos: a) considera estudantes (incluindo futuros professores, bem como orientandos de Mestrado e Doutorado) como pesquisadores em ação, sujeitos portadores de identidades culturais singulares, inseridos em contextos culturais organizacionais e discursivos específicos; b) incentiva a discussão de temas educacionais, de forma problematizadora, mobilizadora do desenvolvimento de atitudes de pesquisa que desafiem pretensões à universalidade do conhecimento, ressaltando a diversidade cultural e questionando preconceitos e a invisibilização de identidades marginalizadas; c) expõe estudantes (incluindo futuros professores, bem como orientandos de Mestrado e Doutorado) a metodologias plurais de pesquisa, particularmente aquelas que permitem às identidades diversas se manifestarem, por meio de histórias orais, entrevistas e outras estratégias voltadas ao desafio a relações colonialistas, ao mesmo tempo em que favorece a compreensão dos pesquisadores como eles próprios portadores de identidades, produtores de narrativas singulares sobre a realidade estudada; d) aguça o olhar sobre as instituições onde se desenvolvem o currículo e as práticas didático-pedagógicas, de modo a perceber em que medida tais instituições problematizam relações desiguais de poder e favorecem um clima de valorização da diversidade cultural e de desafio a preconceitos; e) em olhares decoloniais, incentiva estudantes (incluindo futuros professores, bem como orientandos de Mestrado e Doutorado) a perceberem formas de valorização dos saberes plurais dos sujeitos, desafiando visões hegemônicas sobre o currículo e sobre identidades, permitindo formas de enfrentamento a visões heteronormativas, racistas, sexistas e outras, no currículo e nas práticas didático-pedagógicas. De fato, a pesquisa multi/intercultural, a partir do olhar decolonial, permite que se percebam as identidades, tanto de pesquisadores como de sujeitos pesquisados como múltiplas e interseccionais.

No Brasil, a colonialidade¹ está profundamente enraizada na sociedade, influenciando a contemporaneidade e revelando a persistente herança histórica colonial, especialmente nas relações étnico-raciais. A crença mais devastadora e naturalizada é a de que pessoas negras estão destinadas à servidão, sendo inferiorizadas e subalternizadas. Conforme Quijano (2005), a dominação colonial gerou discriminações sociais que foram subjetivamente validadas como étnicas e raciais, moldando a construção das relações sociais. Os grupos dominados e discriminados são precisamente aqueles pertencentes às “raças” e “etnias” das populações colonizadas, refletindo o poder capitalista, moderno/colonial e eurocêntrico. A ideia de raça foi criada biologicamente para naturalizar a inferioridade dos colonizados em relação aos colonizadores.

Mignolo (2008) argumenta que a opção decolonial implica aprender a desaprender, uma vez que nossas mentes foram moldadas pela razão imperial/colonial. Dessa forma, as abordagens decoloniais fornecem ferramentas para uma análise cultural que nos auxilia a refletir sobre a urgência de construir processos educativos culturalmente referenciados, fortalecendo a conexão entre educação e questões étnico-raciais.

Segundo Candau (2020), a colonialidade do conhecimento vai além dos processos políticos de colonização que as sociedades enfrentaram. Embora esses processos tenham terminado com a independência das ex-colônias, a colonialidade dos saberes ainda se manifesta nas perspectivas curriculares que privilegiam as culturas das antigas metrópoles, em detrimento do conhecimento produzido por identidades marginalizadas de gênero, raça, classes sociais e outras, locais e nativas. A autora sugere uma articulação entre os conceitos de multi/interculturalismo crítico e perspectivas decoloniais, argumentando que esses conceitos podem se enriquecer mutuamente ao valorizar a diversidade cultural, desafiar preconceitos e, simultaneamente, trazer para o centro do currículo o questionamento dos saberes hegemônicos e colonialistas.

Compreender o processo de formação continuada voltado para a educação étnico-racial é uma tarefa complexa e multifacetada que exige uma articulação potente de práticas pedagógicas. Essas práticas, direcionadas para a construção de uma educação mais justa, democrática e inclusiva, são potencializadas pelo multiculturalismo.

O entendimento sobre formação docente é amplo e abrange muitas iniciativas na busca de uma formação menos teórica e mais próxima da realidade escolar para a qual ela se destina. Seguindo essa reflexão, Pimenta e Lima (2006) ressaltam a importância de ressignificar os processos formativos, não na teoria ou de forma conteudista, mas sim por meio da prática pedagógica.

A formação continuada é um processo permanente de aperfeiçoamento, capacitação e aprendizado dos profissionais da educação. Neste texto, adotaremos a compreensão e utilização do termo dessa forma, com foco na formação e desenvolvimento da identidade profissional docente. No contexto da educação étnico-racial, essa formação vai além dos conteúdos tradicionais e inclui uma compreensão profunda das questões de diversidade, equidade e inclusão. Isso implica na atualização constante dos educadores sobre novas pesquisas e práticas relacionadas à educação étnico-racial, na capacitação específica por intermédio de cursos e treinamentos que abordem diretamente as questões de raça, etnia e multiculturalismo, e na reflexão crítica sobre suas próprias práticas e preconceitos, buscando sempre melhorar.

Consideramos ainda que o resultado dessa prática permite uma abertura cultural e social que se reflete diretamente no meio escolar. Concordamos com Dourado (2015) ao destacar que a

¹ “Colonialidade” é um conceito introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, no final dos anos de 1980 e no início dos anos de 1990, para denunciar que a dominação presente nos sistemas coloniais perdura mesmo com o fim das colônias. Para ele, os padrões de poder, de saber e de ser são impostos pela lógica europeia, capitalista.

formação continuada contempla diversas atividades formativas, incluindo cursos de atualização e extensão, aperfeiçoamento, especialização, Mestrado e Doutorado, que agreguem novos saberes e práticas à atuação do profissional.

As práticas pedagógicas focadas na educação étnico-racial podem promover a inclusão e a equidade. Desenvolver um currículo que reflita a diversidade cultural e histórica dos estudantes é essencial, assim como utilizar metodologias que promovam a participação ativa dos estudantes e valorizem suas experiências e seus conhecimentos prévios. Além disso, é fundamental criar um ambiente escolar que seja acolhedor e respeitoso para todos os estudantes, independentemente de sua origem étnica ou racial.

O multiculturalismo, como um conceito central na construção de uma educação mais justa e inclusiva, reconhece e valoriza a diversidade cultural. No contexto da formação continuada, isso significa reconhecer e valorizar a diversidade cultural dos estudantes como uma fonte de aprendizado e crescimento, promover o diálogo intercultural como uma forma de construir pontes entre diferentes grupos étnicos e raciais, e desenvolver estratégias pedagógicas que combatam o preconceito e a discriminação racial.

A formação continuada voltada para a educação étnico-racial é essencial para a construção de uma educação mais justa, democrática e inclusiva. Ao articular práticas pedagógicas que valorizem o multiculturalismo, os educadores podem criar um ambiente escolar que não apenas respeite, mas celebre a diversidade. Esse processo não é simples e requer um compromisso contínuo com a atualização, capacitação e reflexão crítica. No entanto, os benefícios de uma educação verdadeiramente inclusiva são imensuráveis, tanto para os estudantes quanto para a sociedade como um todo.

A incorporação de novos conhecimentos e práticas é essencial para a atuação do profissional da educação. De acordo com Nóvoa (2019), “o professor se forma na escola”, onde ele aprimora sua prática pedagógica. Esse conceito promove a ideia do professor reflexivo, que valoriza a razão prática, recupera a importância da experiência no processo de aprendizagem e enfatiza a centralidade da reflexão tanto na ação quanto sobre a ação nos processos educacionais. Dessa forma, a formação continuada se destaca como um dos principais eixos das políticas atuais de formação de professores. Isso se relaciona ao fato de que o curso de formação inicial dos docentes é apenas o ponto de partida, considerando a noção de inconclusão e inacabamento docente defendida por Freire (2005).

Tardif (2008) considera a concepção dos professores como produtores de saberes, construídos no contexto de uma socialização profissional em que esses saberes são incorporados, modificados e adaptados conforme os momentos e as fases da carreira docente. Ele destaca que o saber dos professores não é um conjunto fixo de conteúdos cognitivos, mas sim um processo em construção ao longo da carreira profissional, no qual o professor aprende em seu ambiente cotidiano de trabalho.

O diálogo com as diferenças é um meio importante para a reflexão coletiva de assuntos pertinentes ao exercício da prática docente. Nesse contexto, destacamos o desafio da aplicabilidade da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (Brasil, 2003), bem como outros documentos norteadores como o Parecer nº 3, de 10 de março de 2004, do Conselho Nacional de Educação e Conselho Pleno (CNE/CP), que estipula as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Brasil, 2004).

Consideramos ainda a desconstrução de narrativas curriculares excludentes como um desafio para a formação de professores, traçando novos rumos para formação inicial e continuada

para o diálogo com as diferenças com base no diálogo de Backes e Pavan (2008), que defende que a prática multicultural não se dá somente com a inclusão de disciplinas sobre multiculturalismo nos cursos de formação de professores, mas sim através da reflexão política sobre as diferenças culturais e da compreensão da heterogeneidade humana, inserindo essa discussão de forma humanizadora e transformadora em todo currículo dos cursos de formação docente.

A temática das relações étnico-raciais nos momentos formativos mostra-se relevante nas práticas em sala de aula, visto que os professores lidam diretamente com a diversidade de culturas que perpassa esse espaço, exigindo aptidão e conhecimento para não silenciar diante de atitudes discriminatórias e, mais do que isso, para saber lidar com elas. Nesse sentido, as contribuições de Gomes (2005) elucidam a inserção política e pedagógica da questão racial, nos desafiando a entender o comprometimento dos educadores com a democracia e luta pelos direitos sociais.

A luta antirracista é pautada historicamente pelo Movimento Negro na Educação, que se destacou na história brasileira como sujeito político capaz de influenciar o governo e compor de forma ativa o percurso para a conquista da Lei nº 10.639/2003. Essa luta teve a participação ativa dos saberes de militantes, educadores e pesquisadores negros especialistas no campo da Educação.

Nilma Lino Gomes (2005) ressalta que a implementação da Lei nº 10.639/2003 e suas respectivas diretrizes curriculares nacionais se somam às demandas do Movimento Negro, de intelectuais e de outros movimentos sociais, os quais se mantiveram atentos à luta pela superação do racismo na sociedade e na educação escolar. Esses grupos partilham da concepção de que a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros e por uma educação que tenha o respeito à diversidade como parte de uma formação cidadã, entendendo que a escola, sobretudo a pública, exerce papel fundamental na construção de uma educação para a diversidade. Assim, o sancionamento da referida lei é um marco legal para que as escolas da Educação Básica possam orientar a prática pedagógica.

Ao ressaltar a importância do sistema escolar como ferramenta para a mudança da imagem do negro na sociedade brasileira, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2021) foi indicada pelo Movimento Negro para integrar uma comissão na Câmara de Educação Superior do CNE, onde elaborou o Parecer CNE/CP nº 3/2004, documento que regulamenta a Lei nº 10.639/2003 e estabelece as “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Brasil, 2004). Para Silva (2021), as diretrizes possibilitam que todos os brasileiros e todas as brasileiras conheçam, respeitem e valorizem uma das raízes fundadoras de sua cultura e nacionalidade, a africana, entendendo que o que precisa ser mudado não é a imagem dos negros, mas a imagem negativa que a sociedade criou e fomenta como se fosse própria deles.

Coadunamos com Gomes (2023) na reflexão de que a legislação federal é bem genérica e não prevê a implementação adequada do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira quando não estabelece metas para implementação da lei e não se refere à necessidade de qualificar os professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para ministrarem as disciplinas propostas pela lei. Assim sendo, mesmo após 20 anos da promissora Lei nº 10.639/2003, permanece latente o hiato em descrever a trajetória e os processos históricos e sociais de povos africanos que concorreram para a formação da sociedade brasileira. Por não compreenderem a formação histórica e cultural da sociedade brasileira, alguns educadores ainda acreditam que discutir sobre relações raciais não é uma tarefa da educação; entretanto, a escola é cotidianamente desafiada a enfrentar questões ligadas ao preconceito e à discriminação racial, envolvendo relações raciais pessoais de toda comunidade escolar.

Compreendendo que os educadores ainda encontram dificuldades em abordar elementos que contemplem a diversidade da cultura afrodescendente, a formação continuada antirracista e multicultural é uma ferramenta de expansão da prática pedagógica e dos conteúdos disciplinares aos(as) professores(as) que não tiveram experiência com a Educação das Relações Étnico-Raciais em sua formação inicial, uma forma de ampliar os debates, as construções de conhecimentos e promover um arsenal maior de saberes que reconheça a importância da cultura africana para a formação do Brasil como nação, para que seja descrita a trajetória e os processos históricos e sociais de povos africanos.

Dessa forma, neste artigo, buscamos verificar até que ponto há interseção entre formação continuada docente e as questões multiculturais/étnico-raciais, apontando desafios e possibilidades para que a formação continuada docente seja multiculturalmente orientada e possa contemplar a diversidade presente no ambiente escolar.

O estudo de caso com momentos de pesquisa-ação: ilustrando a pesquisa multicultural

Dentro de uma concepção do conhecimento que seja também ação, a investigação no campo empírico do curso de extensão docente foi permeada pela pesquisa-ação, uma vez que os objetivos da pesquisa não se limitam à descrição ou à avaliação, mas sim buscam interagir de forma ativa com os sujeitos participantes da pesquisa. Entendemos a pesquisa-ação, como definição cunhada por Thiollent (2011, p. 14),

[...] como uma pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo uma vez que os objetivos da pesquisa não se limitam à descrição ou à avaliação, mas sim buscam interagir de forma ativa com os sujeitos participantes da pesquisa.

Para atender aos objetivos propostos, percorremos ainda o caminho da análise documental de documentos legais e oficiais ligados ao curso de extensão, considerando que a coleta de dados da pesquisa documental corresponde a toda a informação coletada, seja de forma oral, escrita ou visualizada, compreendendo também as técnicas e os métodos que facilitam a sua busca e a sua identificação (Fachin, 2005).

O curso de extensão de formação continuada foi idealizado com foco no desenvolvimento e aperfeiçoamento de professores da Educação Básica: 20 cursistas vivenciaram encontros quinzenais e presenciais de formação continuada docente em um período de dois anos, com o objetivo de gerar possibilidades de empretecer a prática pedagógica e os currículos escolares, visando propiciar aos estudantes uma formação escolar comprometida com a educação para relações étnico-raciais. Nesse período, foram ministradas aulas presenciais, leituras, atividades e visitas técnicas, nas quais a pesquisa-ação esteve presente e relacionada à possibilidade de um processo de construção coletiva entre participantes e pesquisadoras docentes com papel ativo, equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas na pesquisa.

Acreditamos que, por meio da educação, podemos repensar práticas sociais que corroboram e concretizam relações de opressão, subalternizando de forma naturalizada parcelas da população brasileira que sempre estiveram em lugar de desprivilegio social. A abordagem da educação das relações étnico-raciais na formação continuada de professores é uma das formas de luta contra o racismo, utilizando práticas pedagógicas antirracistas que possibilitem a formação humana e visem desconstruir a relação de poder e de hierarquização entre as raças.

Na composição teórica do curso foi utilizada uma bibliografia de mulheres negras: Nilma Lino Gomes (2005) e Carolina Maria de Jesus (2001), Conceição Evaristo (2022), Lélia Gonzalez (2020), Grada Kilomba (2019), entre outras, que propiciaram às cursistas conhecimentos para a construção cotidiana de uma Educação Básica comprometida com a educação para as relações étnico-raciais.

A escolha das autoras negras expressou nosso anseio em dar centralidade ao empobrecimento da literatura acadêmica brasileira por meio da representatividade da mulher negra, que histórica e continuamente foi invisibilizada, apagada e silenciada. As autoras negras com existências e resistências contribuíram academicamente para nossa pesquisa por intermédio das suas vivências, experiências e humanização de suas histórias e narrativas. Seguindo essa proposta, o curso buscou, por meio da escrita das cursistas, transformar as experiências vivenciadas em escrevivências (Evaristo, 2022), reforçando e estimulando a produção acadêmica do conhecimento das cursistas e da construção de artigos científicos.

A perspectiva de conceber a formação continuada antirracista do(a) professor(a) no ambiente escolar é urgente, diante da diversidade e pluralidade que permeia o sistema educacional brasileiro, atravessado constantemente por questões étnico-raciais e um passado-presente histórico de escravização, racismo e desvalorização do povo preto.

Diante da necessidade de resistir para existir, o Curso de Extensão intitulado “Empretecendo a prática pedagógica: estratégia de existência e resistência” foi o objeto de estudo deste artigo. O curso integrou o Projeto de Extensão Docente do Departamento de Formação de Professores de uma universidade pública do Rio de Janeiro e teve como eixo central as categorias Antirracismo, Racismo Estrutural e Escrevivências.

Idealizado e coordenado por duas autoras do presente artigo, entre elas uma professora adjunta do curso de Pedagogia, que atua diretamente na formação de professores, na graduação em Pedagogia e, também, na Educação Infantil, o curso desenvolveu a perspectiva étnico-racial, com recorte majoritário na divulgação e reflexão de intelectuais negras, voltado para professores da Educação Básica. A descrição que segue da professora idealizadora do curso revela o processo de construção do curso de extensão:

A motivação inicial e continuada deste curso é criar estratégias teóricas e práticas para enfrentar o racismo estrutural e estruturante que envolve negros e negras desde o útero. A ideia do curso surge como forma de fortalecer professores e professoras em sua luta antirracista no cotidiano escolar ou não. Portanto, a luta antirracista foi e é uma motivação vital e importante na execução deste curso (Depoimento da professora idealizadora do curso, setembro de 2022).

A potência do debate na perspectiva da valorização e da visibilização dos diferentes pertencimentos étnico-raciais que estruturam social, cultural, política e historicamente a nossa sociedade e permeiam a atividade docente promoveu a reflexão sobre em que medida a formação continuada de professores contempla a abordagem de temáticas étnico-raciais, com foco em uma educação voltada para o antirracismo.

Diante da escola enquanto lócus que perpetua, conserva e reproduz o racismo, é urgente o empenho para uma formação docente continuada, tornando-se necessário refletir sobre novas formas de ampliar e exercer os saberes essenciais para a prática profissional. Este estudo repensa e coloca em foco a formação continuada de professores a partir da análise das práticas pedagógicas de docentes, buscando subsídios para ressignificar os processos formativos e reconsiderando saberes relevantes à docência.

A pesquisa para esta reflexão foi ancorada nas seguintes perspectivas de coleta de dados:

- Análise do planejamento do curso.
- Análise das cartas de intenção produzidas pelas alunas no início do curso, correlacionadas com as avaliações finais sobre o curso, abarcando as expectativas e as realizações da formação continuada.

Para realizarmos este estudo, foi importante refletirmos sobre os princípios e procedimentos éticos da pesquisa em educação e oficializarmos a autodeclaração dos compromissos dos pesquisadores com práticas éticas na condução de suas investigações e pesquisa, garantindo que os estudos sejam conduzidos de maneira justa, respeitosa e responsável e assegurando que os direitos e o bem-estar dos participantes sejam protegidos.

Esclarecemos que a principal questão ética nesta pesquisa é a exposição pessoal dos participantes, no tocante as suas ideias e atitudes. Entretanto, o propósito e os desdobramentos deste estudo não visam escarnecer e nem constranger as participantes, pelo contrário, trazem a proposta de positivar práticas pedagógicas antirracistas e multiculturais assimiladas e efetivadas por eles. Assim sendo, tivemos o cuidado ético primordial de informar amplamente às participantes sobre os objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa, assegurando que o armazenamento dos coletados foi realizado de maneira segura e utilizados apenas para os fins declarados. Entendemos essa ação com base nas reflexões de Guerriero (2023, p. 10):

É justamente para fazer uma revisão ética, que efetivamente coloque o participante como foco, que é indispensável entender quais são os pressupostos da pesquisa, o que de fato está em questão, se há procedimento de pesquisa ou se é uma análise das situações cotidianas, entre muitos aspectos que poderiam ser pensados aqui, para efetivamente identificar quais são as questões éticas envolvidas e se elas estão sendo adequadamente cuidadas.

Ressaltamos que a ética na pesquisa é contínua, sendo monitorada continuamente para garantir que os princípios éticos sejam mantidos ao longo de todo o processo de pesquisa. Ao aderir a esses princípios, os pesquisadores não apenas protegem os direitos e o bem-estar das participantes, mas também fortalecem a credibilidade e a validade de suas investigações. A ética na pesquisa é, portanto, um pilar fundamental para o avanço do conhecimento e para a promoção de práticas educacionais justas e equitativas. Estando cientes de todos os pressupostos da pesquisa, todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Na preparação para o campo empírico – Curso de Extensão Antirracista –, o processo seletivo e a inscrição das cursistas foram realizados nos meses de junho, julho e agosto de 2022 e como requisito para ingressar no curso foi solicitada uma carta de intenção que expressasse a motivação e expectativa acerca do curso. A aula inaugural foi realizada no dia 17 de setembro de 2022, e o curso teve a duração inicial de um ano. Para vivenciar a proposta do curso de extensão, as cursistas participaram de encontros híbridos – remotos ou presenciais – quinzenalmente e aos sábados, com duração de três horas, no horário de 9 às 12 horas, na sede da universidade, localizada no Rio de Janeiro.

Com o foco em promover, elaborar, coordenar, avaliar e executar propostas educativas antirracistas e, também, voltadas para a valorização de mulheres negras, ações de cuidado e valorização estética da mulher negra eram desenvolvidas nos encontros presenciais aos sábados, formando um espaço de resistência e abrigo.

O percurso metodológico do curso teve como inspiração a categoria *Escrevivências*, de Conceição Evaristo (2022) e se caracterizou pela escrita da história de vida de mulheres negras, pautada sobre o racismo, nas histórias de vida das cursistas, no estudo das intelectuais negras referência e nos debates coletivos acerca da filosofia africana e da ancestralidade.

Assim, antes de iniciar as aulas, um café da manhã coletivo era promovido, quando todas levavam algo para partilhar nesse importante momento matinal, visando nutrir o corpo e prepará-lo para logo após nutrir a mente. As mulheres ali reunidas não eram todas iguais e nem falavam só sobre racismo; até porque a identificação étnico-racial não é sinônimo de opiniões e vivências homogêneas. Aquele momento era dedicado a potencializar força e conhecimento por meio do afeto, sentimento tão barrado na vivência de pretos e pardos a partir da diáspora africana. Esses novos significados ofereceram às mulheres inscritas no curso ferramentas potencialmente poderosas para resistir socialmente às imagens controladoras e segregadoras da condição da mulher negra.

Após o café da manhã, as propostas formativas do curso eram iniciadas. O cronograma de atividades era composto por encontros teóricos afro-formativos e com palestras, rodas de conversa, leitura de textos, oficinas, música, exibição de vídeos, apresentações culturais e teatrais, visitas técnicas e passeios externos. As propostas listadas nos cronogramas configuravam as ações fixas do projeto; entretanto, outras ações extras foram pensadas e executadas ao longo do curso, sempre cumprindo uma proposta formativa.

Como proposta de avaliação, as cursistas desenvolveram planos e projetos de intervenção para vivenciar, no cotidiano escolar, práticas pedagógicas fundamentadas no empretecer e em produções que corroboram para luta antirracista, para o reconhecimento da mulher negra intelectual brasileira. A avaliação teve como indicadores a produção técnica e acadêmica das cursistas, que desenvolveram suas próprias escrevivências e planejamentos pedagógicos a partir de estudos de casos e pesquisas.

As referências bibliográficas propostas para as reflexões nos encontros contemplaram as autoras negras que compõem o referencial teórico deste texto, além da leitura de documentos legais e materiais disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC), como o livro *História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Infantil* (Brasil, 2014) e o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (Brasil, 1998), visando contribuir para a formação intelectual, política, artística e cultural das cursistas – estudantes de graduação e professoras da Educação Básica e referenciando a mulher negra intelectual.

Reforçamos que o objetivo geral desta proposta formativa continuada docente de caráter antirracista era proporcionar as participantes possibilidades de empretecer as narrativas formativas docentes, os currículos escolares e as práticas pedagógicas, da Educação Básica, promovendo o conhecimento da literatura negra. Por isso, optamos pela leitura majoritária de autoras negras, que foram selecionadas para compor esse projeto por se engajarem na formação da identidade negra feminina, na luta pelos direitos sociais e pelo reconhecimento da importância da mulher negra na sociedade brasileira.

Pedimos *Agô* – “licença” em Yorubá – não no sentido ocidental de permissão dessa palavra, mas no sentido de respeito a nossa ancestralidade, para adentrar nesta trajetória de resistência e luta de brasileiras que sofrem duplamente com o preconceito: por serem mulheres e por serem negras.

Na proposta formativa, entendemos que não existe separação entre a escrita e a vida; assim sendo, o Curso de Extensão buscou, por meio da formação continuada docente, introduzir no cotidiano da Educação Básica docente mulheres negras – autoras, artistas e intelectuais – importantes para nosso país, para que fosse estabelecida a construção de narrativas outras acerca da população negra, empretecendo a prática pedagógica. Trouxemos para a centralidade a potência e a vivência de autoras negras, que, em suas abordagens, são mães, feministas, trabalhadoras, educadoras, intelectuais e pesquisadoras, que carregam na pele as dores e o orgulho de serem quem

são e que se tornaram lideranças, articulando políticas e ações voltadas para a superação das desigualdades no Brasil, inspirando um futuro melhor.

Nesse sentido, os objetivos do curso foram traçados de forma intimamente ligada ao referencial teórico negro feminino proposto. O desenvolvimento da escrita acadêmica e a produção de artigos científicos a partir das experiências e escrevivências das cursistas foi inspirado pela trajetória da autora negra Carolina Maria de Jesus (2001), uma escritora mineira que estudou até o 2º ano do Ensino Fundamental e que utilizou sua escrita para produzir diários que registraram suas memórias e deram visibilidade às suas experiências e sua vida cotidiana na favela. A poesia que exala das suas palavras mostra que nem só de dor e luta é feita a mulher negra; ela ressignifica e renasce por meio dos seus versos ao proclamar que declamar que “[...] a Natureza ainda continua nos dando de tudo. Temos as estrelas que brilham. Temos o sol que nos aquece. As chuvas que cai do alto para nos dar o pão de cada dia” (Jesus, 2001, p. 127).

A linguagem coloquial, real, poética, sensível e verdadeira de Carolina de Jesus encorajou e estimulou muitas mulheres na produção escrita e na leitura, mostrando que a escrita é sim para todas as mulheres e, também, para as mulheres negras.

Uma outra potente autora compõe esse universo de representatividade negra feminina nesta pesquisa: Virgínia Bicudo (2010), pesquisadora, professora universitária, socióloga e psicanalista, discutiu a importância de associações negras, como a Frente Negra Brasileira, na mobilização contra os obstáculos para ascensão social dos negros e foi uma pioneira feminina na escrita acadêmica e científica antirracista, ao tratar da questão racial no país em uma pesquisa de Mestrado.

As ações e atividades propostas no curso visaram também diminuir o impacto da hegemonia branca e trazer centralidade para a negritude intelectual, que tanto necessita de disseminação e reconhecimento. Assim, com a divulgação das autoras negras, o curso apresentou a literatura afro-brasileira aos professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e estudantes de graduação de Pedagogia para que, por meio dela, possam elaborar, coordenar, avaliar e executar propostas educativas para uma educação antirracista que também promovam a valorização e o protagonismo das mulheres negras, possibilitando a discussão acerca dos limites da branquitude acadêmica e literária na luta antirracista.

Nesse contexto, o Curso de Extensão “Empretecendo a prática pedagógica” buscou atuar municiando as cursistas docentes de embasamento teórico-prático antirracista para que pudessem cumprir essa proposta multicultural.

A carta de intenção solicitada como pré-requisito para a inscrição das participantes no curso teve como objetivo principal viabilizar nosso conhecimento em relação às expectativas das cursistas. Interessou-nos a escrita em primeira pessoa do singular produzida por essas mulheres, trazendo à tona os anseios e as percepções pessoais que as estimularam na busca de um curso de formação continuada com perspectiva antirracista.

Adentrar esse universo nos deu a possibilidade de aperfeiçoar e alinhar a proposta do curso com os anseios e as necessidades das cursistas. As participantes do projeto de formação continuada docente produziram suas cartas de intenção e a escrita potente dessas mulheres, professoras da Educação Infantil/Educação Básica da rede pública de ensino, com idade entre 28 e 40 anos, em média com dez anos de experiência na área de Educação expressou uma visão recente e atual do sistema de ensino, principalmente da função social da educação.

Após a leitura das cartas, foi feito um levantamento quantitativo das principais motivações que levaram essas mulheres, em sua maioria mães, com jornadas de trabalho longas e cansativas

que, além de lecionar, dividem seu tempo com as tarefas domésticas e cuidado com os filhos, e se matricularem em um Curso de Extensão Docente Antirracista, ministrado quinzenalmente, nas manhãs de sábado, de 9 às 12 horas, deixando muitas vezes de vivenciar momentos de lazer e descanso com suas famílias para estarem presentes nas aulas.

Dez cursistas – 50% das participantes – informaram que o fato de grande parte de seus alunos serem negros foi a grande motivação para a busca por novos conhecimentos acerca das relações étnico-raciais. Elas expressaram o desejo de desenvolver um trabalho voltado para a promoção e o reconhecimento da cultura e história afro-brasileira em sala de aula e como forma de acolhimento a esses alunos, para que se sentissem incluídos social e culturalmente. Isso pode ser evidenciado nas cartas descritas a seguir:

A escola possui em sua grande maioria alunos afrodescendentes. Crianças que não tem muita opção de lazer e acesso à cultura. Percebo que a autoestima desses alunos é comprometida, talvez por conta do “racismo estrutural” enraizado em nossa sociedade, ou até mesmo por falta de acesso a personalidades da cultura afrodescendente importantes em nossa sociedade, entre outros exemplos. Contudo, gostaria de adquirir novos conhecimentos que poderão me auxiliar a transformar a realidade dessas crianças (Carta de Intenção da cursista Débora, agosto de 2022).

Como professora da primeira infância, atendendo crianças em sua maioria negras e oriundas de comunidades, e sendo também negra, me vejo na obrigação de promover uma educação inclusiva em todos os sentidos. Realizar práticas que valorizem a cultura, resgatando e potencializando marcas e traços da nossa ancestralidade, se fazem necessárias e urgentes. As crianças precisam vivenciar em suas rotinas, de forma lúdica e natural, atividades que estimulem o pertencimento social e cultural. Pelo exposto, participar do referido projeto de extensão, além de possibilitar uma formação continuada, traria a possibilidade de práticas pedagógicas mais seguras e sensíveis, diante de uma temática tão importante (Carta de Intenção da cursista Daniele, agosto de 2022).

As cursistas ressaltaram o fato de grande parte das crianças em suas turmas serem negras e que estas precisam se sentir incluídas e pertencidas no ambiente escolar. Essa discussão coaduna com a importância da representatividade negra no cotidiano escolar defendida por Corrêa, Silva Junior e Carvalho (2022) quando reforçam que, apresentar histórias de vida, conquistas e trajetórias positivas de pessoas negras aos alunos e alunas possibilita a eles vislumbrarem novos caminhos, fazendo com que o aprendizado escolar seja ressignificado e valorizado.

As professoras relataram ainda que se sentem inseguras e têm dificuldades para argumentar os questionamentos dos pais, alunos ou colegas de trabalho quando questões étnico-raciais surgem no cotidiano escolar, mas se empenham para não se silenciarem diante do racismo e do preconceito dentro da escola, conforme exposto por uma das cursistas:

Meu objetivo é melhorar a qualidade do ensino, trabalhar por uma educação antirracista, disseminar um discurso de respeito, igualdade, cidadania, diversidade e reparação histórica, promover uma educação crítica aos alunos, familiares e colegas de profissão. Ter uma postura firme em casos de racismo e não fingir que não reconheço as situações que acontecem na escola em que trabalho. Concluindo, espero que o projeto contribua com a minha vida profissional como um todo e melhore a qualidade das minhas aulas e a minha vida acadêmica (Carta de Intenção da cursista Zuleica, agosto de 2022).

Nota-se que, mesmo antes de participar das discussões no curso de extensão, a cursista já manifestava preocupação com o silenciamento nos espaços escolares em relação às questões étnico-raciais na sala de aula, pois o racismo atua de forma muito sutil, destruindo relações sociais e conseqüentemente a autoestima das crianças. Há uma cumplicidade das famílias sobre as atitudes racistas que podem reforçar o sentimento de inferioridade entre as crianças negras e pardas, e estas não percebem ou não distinguem o porquê de serem preteridas nas brincadeiras e na organização das atividades de livre escolha (Ferreira; Vieira; Vieira, 2020).

Ampliar a visão docente no combate ao racismo foi um dos propósitos do curso de extensão, no sentido de “não deixar passar” as representações negativas, para que professores estejam atentos para superá-las no cotidiano escolar. Gomes (2002) destaca que, na escola, não só se aprende a reproduzir as representações negativas sobre o cabelo crespo e o corpo negro, mas também é possível aprender a superá-las. No entanto, para isso, elas precisam ser consideradas temáticas merecedoras de um lugar no currículo e nas discussões pedagógicas, porque “[...] muitas vezes, esses processos delicados e tensos passam despercebidos pela instituição escolar e pelos/as profissionais da educação, e não são incluídos nos debates e nas discussões desenvolvidas nos cursos de formação de professores/as” (Gomes, 2002, p. 50).

Percebemos claramente nas cartas de intenção que discutir sobre a temática étnico-racial na escola contribui para uma construção social mais justa e igualitária. Consideramos, então, que o estudo sobre as representações do corpo negro no cotidiano escolar pode ser uma contribuição para o desvelamento do preconceito e da discriminação racial na escola.

Tecendo reflexões sobre o que foi exposto, percebemos que há nas falas das docentes o entendimento sobre a importância da educação para as relações étnico-raciais no espaço escolar e na sociedade brasileira, conforme descrito por uma cursista neste trecho:

Tenho interesse em continuar no engajamento e na luta em favor das questões de respeito às diferenças raciais e na quebra do racismo estrutural presente em nossa sociedade. E permear junto à primeira infância caminhos possíveis de amorosidade e de igualdade racial (Carta de Intenção da cursista Nelyanne, agosto de 2022).

O reconhecimento da importância da formação continuada também se mostra constante nas cartas de intenção e, nesse contexto, propomos uma reflexão, na compreensão que os docentes são os sujeitos centrais dessa construção, coadunando com Freire (2005) quando este considera que “onde há vida, há inacabamento”; inserindo o ser humano na busca constante da capacitação e do saber. Podemos observar isso na seguinte carta:

A formação continuada tem que fazer parte da vida do professor, e em essencial aos que atuam na primeira infância para o enfrentamento do racismo. É lindo ver que alguns alunos se enxergam e aceitam-se como negros. Em contrapartida é nítido ver a dificuldade de outros alunos se perceberem e aceitarem a cor da sua pele negra sendo triste de ver essa situação (Carta de Intenção da cursista Jeanne, agosto de 2022).

Ao analisar as cartas de intenção, é possível identificar que os docentes (ainda!) não se sentem preparados para abordar e atuar em sala de aula com questões étnico-raciais e se sentem sedentos de conhecimento étnico-racial. Assim sendo, de que forma os saberes que constituem as práticas dos professores e suas decisões pedagógicas estão ancorados no discurso de que os docentes não se sentem aptos a discutir essas questões? A formação continuada é atravessada pela necessidade de aprender, com foco em uma educação acolhedora e inclusiva.

As narrativas evidenciam mais que expectativas e/ou intenções, mas sim a visão que as cursistas cultivam sobre as temáticas propostas nesta pesquisa e anseio delas que a formação continuada seja uma ferramenta para o enfrentamento da questão étnico-racial, sendo, assim, um suporte para o fortalecimento da identidade docente, em um constante movimento crítico reflexivo das suas histórias pessoal e profissional.

Educação antirracista e multicultural: conclusões e contribuições possíveis

No presente artigo, discutimos os sentidos da pesquisa multiculturalmente orientada, ilustrando a questão por meio de um estudo de caso, com momentos de pesquisa-ação, voltado à

formação continuada docente na perspectiva multicultural antirracista. Articulamos processos educativos e a discussão étnico-racial inserida na formação de professores, analisando as lacunas e necessidades formadoras dos docentes; temáticas sociais e culturais muitas vezes omitidas e silenciadas.

A possibilidade de refletir não somente sobre denúncias ou fatos, mas também sobre possibilidades reais e viáveis de mudanças, a partir das práticas pedagógicas realizadas por docentes inseridos na seara multicultural, ressalta a importância do ambiente escolar como espaço de formação – quando pensamos a escola como um espaço específico de formação, inserida em um processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, normas, projetos, provas, testes e conteúdos. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.

Assim sendo, a relevância da abordagem da formação continuada docente assume como pauta temas importantes para a discussão multicultural, tendo como recorte a educação étnico-racial voltada para docentes da Educação Básica estadual do Rio de Janeiro. A reflexão sobre os desafios da aplicabilidade da formação continuada voltada para as relações étnico-raciais e seus impactos no cotidiano escolar foi realizada por meio da análise do estudo de caso de um curso de extensão docente antirracista e seus reflexos no cotidiano, sob a perspectiva e olhar das professoras participantes do curso de extensão.

Acreditamos que discutir a formação docente continuada potencializada por práticas pedagógicas antirracistas e multiculturais seja fundamental para promoção de uma educação não homogeneizadora e menos excludente. Norteados pela formação docente continuada multicultural com foco nas relações étnico-raciais, investigamos como as práticas multiculturais podem contribuir para formação de sujeitos – docentes e discentes – mais equânimes e conscientes dos seus direitos civis, humanos e sociais.

Não pretendemos esgotar as possibilidades de análises e reflexões do material de pesquisa coletado, mas sim iniciar discussões que possibilitem a interface entre prática e teoria, tirando da invisibilidade e do silenciamento o diálogo antirracista. Assim sendo, encerramos o texto mas seguimos na produção acadêmica, ressaltando a contribuição desta pesquisa para anúncios de possibilidades educacionais antirracistas.

Referências

BACKES, J. L.; PAVAN, R. A desconstrução das narrativas curriculares excludentes: um desafio para a formação de professores. *In*: RODRÍGUEZ, M. V.; ALMEIDA, M. L. P. (org.). **Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização**. Brasília: Líber, 2008, p. 215-232. DOI: <https://doi.org/10.1590/%x>

BICUDO, V. L. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Organização: Marcos Chor Maio. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede

de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 8, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional da Educação, [2004]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil**. Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, 2014.

CANDAUI, V. M. (org.). **Pedagogias decoloniais e interculturalidade**: insurgências. Rio de Janeiro: Apoená, 2020.

CANDAUI, V. M. F.; IVENICKI, A. A pesquisa multi/intercultural na educação: possibilidades de articulação a processos educativos. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 122, e0244311, p. 1-21, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362024003204311>

CORREIA, A. G.; SILVA JUNIOR, P. M.; CARVALHO, E. L. Quando a representatividade importa: reflexões sobre racismo, valorização identitária negra e Educação Básica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-17, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.17.19407.092>

DOURADO, L. F. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: concepções e desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, abr./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015151909>

EVARISTO, C. **Canção para ninar menino grande**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2022.

FACHIN, O. **Fundamentos da metodologia**: noções básicas em pesquisa científica. São Paulo: Saraiva, 2005.

FERREIRA, E. S.; VIEIRA, J. J.; VIEIRA, A. L. C. Relações étnico raciais e saberes docentes na escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 236-252, jan./mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v14i4.10006>

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, set./dez. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782002000300004>

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022003000100012>

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 133-166.

GOMES, N. L. Equidade e educação. **Revista Educatrix**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 10-11, 2023.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUERRIERO, I. C. Z. Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais: entre a norma e sua aplicação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, e21203, p. 1-18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.18.21203.010>.

IVENICKI, A. Multiculturalismo e formação de professores: dimensões, possibilidades e desafios na contemporaneidade. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 100, p. 1151-1167, jul./set. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362018002601186>

IVENICKI, A.; CANEN, A. G. **Metodologia da pesquisa: rompendo fronteiras curriculares**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2016.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

NÓVOA, A. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, p. 1-15, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623684910>.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Poiesis Pedagógica**, Catalão, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v3i3e4.10542>

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, A. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, W.; IVENICKI, A.; HONORATO, R. F. de S. Pesquisa em currículo e diferença: debates em contexto de proeminências conservadoras – introduzindo a questão. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 13, n. esp., p. 670-677, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13nespecial.56633>

SILVA, P. B. G. e. **Entre Brasil e África: construindo conhecimento e militância**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

Recebido em 05/07/2024

Versão corrigida recebida em 06/09/2024

Aceito em 09/09/2024

Publicado online em 18/09/2024